

Política vai dominar o Congresso

1 AGO 1985

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As negociações da dívida externa com o FMI e os banqueiros internacionais deverão dividir as atenções do Congresso com a mensagem de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, cuja tramitação se inicia na quarta-feira. Se enviada ao Legislativo, também a reforma tributária que está sendo estudada pelo governo se transformará em assunto de destaque.

"Será um semestre de muita política e pouca atividade legislativa" — previu o ex-presidente da Câmara, Flávio Marçilio (PDS), explicando que os deputados e senadores estarão mais atentos para as eleições municipais de novembro. Dificilmente haverá condições de votar matérias políticas importantes, como a nova Lei dos Partidos ou o novo Código Eleitoral. Não se espera igualmente trabalho intenso das comissões.

O recesso de julho serviu para que se instalasse no plenário da Câmara um sistema eletrônico contra as fraudes. A estréia deverá ocorrer na votação do projeto de autoria do deputado Gastone Righi (SP), líder do PTB, que restabelece o direito dos trabalhadores portuários a acordos coletivos, adicional noturno, licença-prêmio, gratificação de férias e outras vantagens, ao propor um Estatuto Nacional dos Portuários.

Já para terça-feira está prevista a presença em plenário do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, para falar sobre a revisão das concessões para instalação de emissoras de rádio e televisão aprovadas nos últimos meses do governo Figueiredo, muitas delas em condições irregulares. O ministro já confirmou com o líder peemedebista Pimenta da Veiga sua visita à Casa, quando exporá aos deputados problemas encontrados na revisão das concessões.

As lideranças do PMDB na Câmara e no Senado tentarão colocar em votação nas primeiras semanas de agosto dois projetos de natureza política já aprovados pela Comissão Interpartidária de Reformas: a nova Lei dos Partidos e o novo Código Eleitoral. Como interessam mais às eleições de 86 para a Constituinte do que para as eleições de prefeitos, é provável que a votação dessas propostas seja adiada para o próximo ano.

A mensagem do governo convocando a Assembleia Nacional Constituinte começa a tramitar quarta-feira e promete polemizar. A emenda tem falhas que deverão ser reparadas pelos congressistas.



Os malufistas do PDS, por exemplo, pretendem modificá-la para tornar elegíveis apenas os deputados e senadores mais votados em cada Estado, sem respeito ao princípio da votação proporcional obtida pelas legendas. Se a proposta não for votada até setembro, também pode ficar para o ano que vem, pois a campanha eleitoral deverá dificultar a formação de quórum para deliberações.

Além do sistema de votação eletrônica com dispositivo contra os chamados "pianistas", a novidade na câmara são os cinco novos partidos, cada um deles com apenas um deputado. Já estão registrados junto à mesa os blocos parlamentares do Partido Comunista Brasileiro, representado por Roberto Freire (PE-ex-PMDB); do Partido Socialista Brasileiro, de J a r b a s V a s c o n c e l o s (PE-ex-PMDB); do Partido Socialista, de Sebastião Nery (RJ-ex-PDT); do Partido Democrata Cristão, de Clemir Ramos (RJ-ex-PDT); e ainda o Partido Liberal, do deputado Álvaro Valle (RJ-ex-PFL). Em função dessas novas legendas a Mesa da Câmara vai baixar resolução disciplinando as lideranças partidárias, de forma a só dar direito a motorista, funcionários de nível superior, franquia postal e telegráfica aos líderes de partido que tiverem cinco ou mais integrantes.

Com a criação de novos partidos e a mudanças, de sigla de alguns parlamentares, o PMDB tem agora 193 deputados federais; o PFL passou a somar 98; o PDT ficou com 22; o PTB tem agora oito; o PT ficou com cinco; e o PDS está com 136 representantes. Há dois deputados sem partido e cinco partidos com apenas um representante.

A liderança do PMDB está estudando duas propostas a serem apresentadas no semestre: uma CPI sobre o enriquecimento ilícito — para investigar as fortunas de alguns integrantes dos governos militares — e um projeto de lei alterando a regulamentação da remessa de lucros e royalties ao Exterior, de forma a atingir as multinacionais com sede em países que dificultam a entrada de produtos brasileiros em seus mercados.

O protecionismo contra as exportações brasileiras e as negociações sobre a dívida externa devem alimentar o debate sobre a economia. Mas não se espera nenhuma deliberação importante, tendo em vista as limitações à ação do Congresso em matéria econômica, que só deverão ser revogadas pela Assembleia Nacional Constituinte.